

O ensino de Sociologia no Brasil

Ileizi Luciana Fiorelli Silva

entrevistada por

Marcelo Pinheiro Cigales

167

Marcelo Cigales – Professora Ileizi, sua tese de doutorado foi pioneira sobre o ensino de Sociologia no Brasil ao tratar da configuração curricular do ensino de Ciências Sociais no estado do Paraná entre os anos de 1970 e início dos anos 2000, utilizando principalmente os aportes teóricos da Sociologia do Currículo de Basil Bernstein. O que mudou no estado do Paraná de lá para cá, quais os avanços e os retrocessos?

Ileizi Silva – A pesquisa realizada de 1970 a 2002 demonstrou que a Sociologia como disciplina escolar dependeu da composição, das posições dos agentes e das agências, dos capitais culturais e sociais mobilizados nos campos de contextualização e recontextualização pedagógica, tanto no Brasil como no Paraná. Nesse período, a Sociologia foi se expandindo na maior parte dos diversos cursos de graduação nas universidades e faculdades, bem como nos currículos da educação básica, especialmente no ensino médio, após 1996, e, de forma mais tímida, nos últimos anos do ensino fundamental. Os dois cursos de Ciências Sociais mais longevos nesse estado são o da Universidade Federal do Paraná (UFPR), criado em 1938) e o da Universidade Estadual de Londrina (UEL), em 1973. Estudar suas propostas curriculares, os agentes envolvidos na criação e efetivação dos cursos, a organização dos cursos de pós-graduação e seus aparatos de pesquisa e ensino permitiu conhecer as estratégias de reprodução dos profissionais das Ciências Sociais e para quais mercados se dirigiam. A hipótese inicial era a de que, a despeito da aparente

maior valorização da habilitação do bacharelado, era a licenciatura que garantia a institucionalização dos departamentos de Ciências Sociais nas duas universidades, pois a maioria dos egressos trabalhava na educação básica.

Com os dados de matrículas, conclusões e inscritos em concursos públicos para o magistério nos antigos segundo e primeiro graus (ensino médio e fundamental após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, demonstramos que a hipótese estava correta, ou seja, o ensino de disciplinas como Estudos Sociais, História, Geografia e Organização Social e Política do Brasil (OSPB) empregava os egressos dos dois cursos até o início dos anos de 1990. Residualmente, apareciam a Sociologia e a Sociologia da Educação nos cursos de magistério, mas priorizavam a contratação de pedagogas, pois essa disciplina entrava na modalidade de Fundamentos da Educação.

Com a promulgação da nova LDBEN, que previa o ensino de Filosofia e Sociologia, o número de aulas de Sociologia nas escolas do estado do Paraná aumentou. Em 2003, o vestibular da UEL e, em 2007, o vestibular da UFPR incluíram Filosofia e Sociologia em suas provas, expandindo ainda mais as aulas dessas disciplinas em escolas particulares e em cursinhos preparatórios para esses concursos de acesso às universidades. A mudança nas funcionalidades do Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem, após 2009, quando passou a servir como mecanismo de acesso ao ensino superior, também potencializou o mercado de aulas de Sociologia na rede de ensino privada, uma vez que os conteúdos de Sociologia foram incorporados em suas provas.

Entre 1996 e 2016, a Sociologia se tornou um componente curricular institucionalizado nas diretrizes de conteúdos e nas respectivas grades curriculares dos cursos de ensino médio, ensino médio integral (profissionalizante e de formação básica, geralmente com duração de quatro anos), nas políticas de fomento à formação inicial e continuada de professores de Sociologia: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), Residência Pedagógica, pós-graduações *lato sensu* e Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio) e, também, no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

A Secretaria de Estado da Educação do Paraná, assim como a de outros estados, realizou concursos públicos para professores de Sociologia, criando um grupo de cientistas sociais estáveis na carreira do magistério. Esse dado é muito importante para pensarmos sobre o que ocorrerá após o processo que levou ao *impeachment* da presidente da República Dilma Rousseff, em 31 de agosto de 2016, e desencadeou um novo período em nossa democracia, indicando sua fragilidade, pois os grupos econômicos e políticos, que se apropriaram do aparato de Estado, desfizeram os compromissos institucionais criados nos 30 anos de vigência da Constituição Federal de 1988.

No que se refere à educação e à Sociologia, os ataques e críticas vieram da sociedade civil organizada, em movimentos sociais como o Escola sem Partido, e de agentes que chegaram nas câmaras de vereadores, assembleias legislativas e Câmara Federal, que agiram por meio das redes sociais na internet, na mídia em geral e em ações diretamente nas escolas.

Dentro do Estado, no Ministério da Educação (MEC), a coordenação da Reforma do Ensino Médio e a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), iniciada em 2015, passaram para o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), totalmente aliado e submetido às orientações do Movimento Todos Pela Educação e do Movimento pela Base. Esses, por sua vez, foram financiados e alinhados a interesses e visões de mundo das fundações de bancos, tais como Itaú, e Fundação Lemann. Enfim, 13 instituições financeiras coordenaram a finalização da proposta da BNCC e, posteriormente, a implantação da Reforma do Ensino Médio e da BNCC para toda a educação básica.

Nesse contexto, a Sociologia foi dissolvida na área de Ciências Humanas e Sociais. Os componentes curriculares foram modificados para "Projeto de Vida". Há uma mudança radical na concepção de currículo e de formação humana. Os professores concursados já estão vivenciando os efeitos dessas mudanças, tal como a diminuição das aulas de Sociologia.

Em 2020, com a pandemia, no Paraná, foi diminuída uma hora-aula de Sociologia, Artes e Filosofia, que tinham duas horas-aulas para cada série. Em 2021, manteve-se essa medida. Para 2022, prometem implantar o novo ensino médio. Ao que tudo indica, no Paraná, como nos demais estados, os professores de Sociologia terão que lutar para ministrar os componentes curriculares ligados à chave "Projeto de Vida". A perspectiva é a de tentar sobreviver dentro do sistema de educação e do mercado de aulas levando o que for possível dos conteúdos das Ciências Sociais para esses componentes genéricos. Estamos em um período de muita luta, sofrimento e perdas.

Marcelo Cigales – O Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UEL foi o primeiro a criar uma linha de pesquisa sobre o Ensino de Sociologia, sendo referência no País. Conte-nos sobre a criação dessa linha, as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas e o impacto no programa.

Ileizi Silva – Para que os projetos de ensino na graduação e de extensão voltados para as escolas e para formação de professores de Sociologia tivessem efetividade, nós precisamos aprimorar as pesquisas sobre currículos, formação de docentes, juventudes, escolas e vários temas correlatos ao fenômeno da inserção da Sociologia nas escolas de ensino médio. A criação do Curso de Especialização em Ensino de Sociologia em 1995, do Laboratório de Ensino

de Sociologia em 2000, das pesquisas desde a defesa do meu doutorado nessa temática em 2006, do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão de Sociologia (Lenpes) em 2007 e da área de Metodologia de Ensino com seis vagas para docentes no Departamento de Ciências Sociais ao lado da Antropologia, Ciência Política e Sociologia promoveu a consolidação das ações de pesquisa e extensão voltadas para a Sociologia nas escolas.

Esses aparatos propiciaram a produção de materiais didáticos, de trabalhos de conclusão de curso na graduação e na especialização *lato sensu*, de artigos e de relatórios de estágio na licenciatura que criaram o capital cultural necessário para sustentar a linha de pesquisa “Ensino de Sociologia” no Mestrado de Ciências Sociais da UEL (PPGSOC), de 2012 a 2017.

Representantes do Comitê de Sociologia da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em visita técnica ao curso em 2011, recomendaram a criação dessa linha. Os docentes envolvidos com o Lenpes ajudaram a sustentá-la até 2017. Um dos impactos para o programa foi a maior visibilidade nacional, atraindo mais candidatos externos e maior inserção de docentes da educação básica da região no mestrado. Além disso, atraímos financiamentos importantes, como os mais de 700 mil reais do Observatório da Educação (Obeduc) da Capes entre 2013 e 2017, com três bolsas de mestrado, cinco de graduação e cinco de docentes da educação básica.

A criatividade e a produtividade dessa linha ajudaram o PPGSOC a conseguir a elevação da nota do programa e, posteriormente, a criação do doutorado. Após 2018, ela foi incorporada como “política educacional” na ementa da linha “Estado, Governança e Democracia”. Nessa ocasião, o programa mudou seu nome para “Programa de Pós-Graduação de Sociologia” e criou o doutorado, transformando as quatro linhas de pesquisa em duas.

Infelizmente, não conseguimos sustentar uma linha tão específica no doutorado e, como ela não poderia permanecer apenas no mestrado, precisamos retirá-la. Na linha “Desigualdades, Cidadania e Cultura”, há também docentes que orientam pesquisas relacionadas ao “ensino de Sociologia”. Essas mudanças foram necessárias para adequar os temas de pesquisas dos docentes que permaneceram no programa, pois, com a mudança do nome do projeto, muitos pesquisadores saíram por não se sentirem contemplados com a especificidade da Sociologia – antes nossa denominação era “Ciências Sociais”, que agregava mais formações e especializações. Entretanto, temos seis docentes que orientam temas relacionados à educação em geral e ao ensino de Sociologia em particular.

Marcelo Cigales – Há que destacar a experiência da UEL com o Curso de Especialização em Ensino de Sociologia e, mais recentemente, sua adesão ao ProfSocio, cujas primeiras turmas ingressaram em 2018. Qual o balanço que você faz desse programa e como ele tem contribuído para aprimorar o ensino de Sociologia no Brasil?

Ileizi Silva – A especialização em Ensino de Sociologia, desde 1995, formou 375 docentes da educação superior e da educação básica, parte desses se encaminhou para cursos de mestrados na UEL e em outras instituições. Eu sou da primeira turma desse curso, concluí em 1996 e iniciei o mestrado em Educação na Universidade de São Paulo (USP) no mesmo ano de conclusão. Muitos egressos desse curso ingressaram na linha de Ensino de Sociologia no Mestrado de Ciências Sociais da UEL desde 2012.

Esse curso *lato sensu* mantém os docentes da educação básica ligados à academia, além disso, ajuda a preparar para o mestrado. Com esse acúmulo de pesquisa e experiência na formação continuada de docentes da educação básica, houve fôlego para se associar ao projeto de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional.

A UEL, a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) iniciaram, em 2014, a articulação da rede para a criação do ProfSocio, seguindo a política de fomento da Capes que já financiava mestrados profissionais para outras áreas, sendo nossa inspiração Matemática, Letras e História.

Soraya Vargas, presidente da SBS, Alexandre Zarias, coordenador do Mestrado Profissional de Ciências Sociais da Fundaj, e eu nos dividimos para encontrarmos pesquisadores desses mestrados. Zarias conversou com professores do Profmat e do Profletras. Eu e Soraya, com professores do ProfHistória. Foi muito interessante essa cooperação entre UEL, Fundaj e SBS na elaboração da proposta. Fizemos encontros em Recife e em Londrina e finalizamos o projeto com nove associadas no final de 2014.

O impacto na UEL foi estimulante tanto para o programa de pós-graduação acadêmico como para o *lato sensu* e para a graduação, que, mais uma vez, pôde contribuir com sua experiência e aprender com outros centros de pesquisa e formação. Para a acomodação das linhas de pesquisa no programa de pós-graduação, que passava por intensas modificações na luta para conseguir o doutorado, o ProfSocio teve um papel fundamental na decisão de não continuarmos com a linha de Ensino de Sociologia no acadêmico. Agora

temos um aparato completo de formação inicial e continuada para os egressos que seguem como docentes na educação básica e na educação superior. Os produtos do mestrado profissional e da especialização são mais adequados às práticas e necessidades profissionais dos docentes nas escolas.

A primeira turma da UEL se formou em 2020, os 16 docentes defenderam seus Trabalhos de Conclusão do Curso (TCCs) no prazo, nossa média de tempo de conclusão ficou em 25 meses. Dos 16 TCCs, 10 são de intervenção pedagógica, materiais didáticos e estudos de experiências didáticas de Sociologia nas escolas; 6 são dissertações sobre o ensino de Sociologia no ensino médio. O ProfSocio consolida nossa área e linha de pesquisa no campo acadêmico e qualifica o ensino de nossa disciplina nas escolas.

Marcelo Cigales – A UEL também conta com um Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em Sociologia (Lenpes), que vem publicando uma série de livros sobre as experiências pedagógicas e de pesquisa com as escolas da região de Londrina. Você poderia nos falar da relevância desse laboratório para a formação de professores em Ciências Sociais?

Ileizi Silva – O nome e a forma desse laboratório são decorrentes de duas outras versões, a primeira, em 2000 com o nome Laboratório de Ensino de Sociologia (LES) e a segunda, de 2003, com o nome Grupo de Apoio ao Ensino de Sociologia (Gaes). Nesses projetos de extensão, criamos eixos de atuação voltados para os docentes da educação básica, os estudantes da graduação em Ciências Sociais e do ensino médio. A força dessas experiências consistiu na parceria com os professores de Sociologia das escolas de Londrina e região, aliando os estágios curriculares obrigatórios e as ações desses dois projetos.

Concorremos ao edital do programa “Universidade sem Fronteiras”, da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia em parceria com a Secretaria Estadual de Educação do Paraná, com o projeto “Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão de Sociologia (Lenpes)” na linha “Licenciaturas e Educação Básica”. Fomos aprovados e conquistamos cinco bolsas de graduação, uma bolsa para profissional recém-formado, uma bolsa para coordenador do projeto e mais verbas de custeio. Esse projeto conseguiu articular ações de pesquisa, ensino e extensão graças às experiências dos dois projetos anteriores.

As professoras Ana Cleide Cesário e Ana Maria Chiarotti Almeida coordenavam o Inventário de Patrimônio e Acervo de Cultura (Ipac) e se associaram a nós, oferecendo uma sede para o Lenpes, uma casa de madeira tombada como patrimônio histórico e cultural de Londrina. Chamada carinhosamente por nós de “Casinha do Ipac” ou simplesmente “Casinha”. Depois de muitos anos sem lugar, sem financiamento, sem apoio institucional consistente,

conquistamos esses apoios e pudemos dar um salto qualitativo nas pesquisas e ações extensionistas.

A primeira versão do Lenpes dentro do programa “Universidade Sem Fronteiras” desenvolveu ações no município paranaense de Ortigueira, no Colégio Altair Mongruel. Nesse período, conseguimos publicar coletâneas, artigos e orientar trabalhos de mestrado, de graduação e especialização pensando sobre essa experiência. Adquirimos uma consciência maior de conciliar a realização das experiências de maneira mais controlada, ou seja, observando, registrando, analisando criticamente o que estávamos fazendo. Cadastramos o Lenpes como grupo de pesquisa no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Na UEL, conseguimos que ele se tornasse um projeto permanente.

Quando surgiu o Pibid, nós já realizávamos aquele formato de parceria com docentes supervisores nas escolas, só que sem bolsas e recursos. Então, uma das contribuições do Lenpes foi antecipar esse vínculo com as escolas, que permanece até hoje. Os professores de Sociologia da educação básica não se afastam da academia, dos cursos da UEL, e nós da academia não nos afastamos das escolas, estamos sempre lá, em jornadas de humanidades, semanas de Sociologia, supervisão de estágio, cursos de formação para professores, semanas pedagógicas, entre outros.

O Lenpes mantém a formação continuada dos professores de Sociologia e a inserção dos docentes e dos graduandos do curso de Ciências Sociais no universo das escolas.

173

Marcelo Cigales – O Grupo de Trabalho (GT) de Ensino de Sociologia da SBS, criado em 2005, e o Encontro Nacional de Ensino de Sociologia na Educação Básica (Eneseb), em 2009, foram eventos em nível nacional relevantes para aprimorar o debate e as pesquisas nessa área. Qual o balanço que você faz desses eventos para o aperfeiçoamento e/ou continuidade do ensino de Sociologia como tema de pesquisa?

Ileizi Silva – Todas as ações relatadas até aqui na UEL e as em parceria com a SBS visavam qualificar o ensino de Sociologia nas escolas. Para que isso pudesse se efetivar, sempre soubemos que as pesquisas sobre o ensino de Sociologia seriam fundamentais. Seriam esse “controle” científico de uma ação pública que envolvia as Ciências Sociais e sabíamos que haveria cobrança pelo desfecho da Sociologia nas escolas.

O espaço do GT e do Eneseb tem sido fundamental para desenvolver essa autoconsciência do que estamos fazendo com a Sociologia nas escolas. Além disso, esses espaços estimulam os estudantes da graduação, os professores

de Sociologia e os professores dos cursos de graduação de Ciências Sociais a formularem problemas de pesquisas. Estimulam a realização de pesquisas, pois esses agentes sabem que terão com quem dividir e dialogar, bem como progredir em suas carreiras de professores e pesquisadores. Muitos cientistas sociais que não tinham sensibilidade para essa temática, ao participar desses espaços, mudaram suas posições dentro das universidades e de seus departamentos.

Nesses eventos ganhamos muitos aliados do campo científico, que nos ajudaram nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, na Capes e em diversos momentos de decisões importantes sobre nossos lugares nas associações científicas. Acho que não teríamos os mesmos resultados em termos de aumento no número de pesquisas e espaços para pesquisar sem o GT e o Eneseb. Nesses eventos conseguimos visibilidade.

Marcelo Cigales – É de destacar também sua participação na Comissão de Ensino da SBS, incluindo a organização da coletânea lançada em 2017, em conjunto com Danyelle Nilin Gonçalves, denominada *A Sociologia na educação básica*. Poderia nos contar um pouco mais sobre a atuação dessa comissão e seus desafios atualmente?

174

Ileizi Silva – Iniciei minha atuação na Comissão de Ensino da SBS quando ainda estava no doutorado e era orientada pela professora Heloisa Helena Teixeira de Souza Martins. Entre 2005 e 2009, eu ajudava na secretaria da coordenação que cabia à Heloisa Martins e ao Amaury Moraes. Foi o período da criação e consolidação desse espaço. Tom Dwyer, como presidente da SBS, empenhou todos os esforços para que fôssemos integradas à SBS e para que essa instituição estivesse presente nas reformas da educação nos estados e no governo federal.

Com essas lideranças, eu aprendi sobre o funcionamento das entidades científicas, a SBS, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Aprendi como se dão as relações com a Capes, o CNPq, as fundações de apoio à pesquisa nos estados, como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e a Fundação Araucária no Paraná, entre outras.

Como doutoranda e depois recém-doutora, em 2009, eu já tinha entendido melhor as relações de poder e hierarquia no campo científico, como funcionavam no campo das Ciências Sociais e como estas se posicionavam no campo científico mais amplo. O conhecimento que eu possuía sobre o campo da educação me ajudou a desenvolver um papel de mediadora entre esses campos. Entretanto, mesmo com essas vivências e conhecimentos, em alguns momentos tive dificuldade em assumir o papel de coordenadora diante

de conflitos internos na Comissão de Ensino da SBS, por exemplo, eu não me sentia forte e motivada para realizar as pontes, desenvolvendo uma autocrítica negativa sobre meu papel.

Na transição da coordenação de Heloisa Martins, em 2009, fui convidada para coordenar a comissão, mas não tive condições de aceitar e indiquei a Anita Handfas, por estar na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e, em termos espaciais, perto da presidente da SBS, a Celi Scalon. Mas fiquei próxima de Anita e atuante na comissão, ajudando a viabilizar o 2º Eneseb, em 2011, no Paraná.

Nosso trabalho no Paraná foi fundamental para a consolidação do Eneseb como evento da SBS. Anita Handfas coordenou com muita competência, e a Comissão de Ensino ganhou o respeito definitivo das diretorias da SBS. Infelizmente, a transição dessa coordenação não foi tranquila, com várias tensões que se acumulavam internamente e explodiram nos anos de 2011 e 2012. Como a presidência da SBS se deslocaria para a Região Nordeste com a Irllys Barreira da Universidade Federal do Ceará (UFC), achamos interessante manter esse critério que havia sido elaborado quando da indicação de Anita, em 2009. Assim, Irllys Barreira indicou a Danyelle Nilin Gonçalves, ainda desconhecida nessa comunidade ligada ao ensino de Sociologia. Para nossa alegria, ganhamos uma liderança firme, comprometida, corajosa e capaz de lidar com as tensões que persistiram por mais alguns anos. Danyelle se integrou rapidamente às políticas educacionais voltadas para a Sociologia na educação básica, organizou o Eneseb de 2013, em Fortaleza, e o de 2015 em São Leopoldo, este junto com Leandro Raizer da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e sua equipe.

De 2009 a 2015, meu papel consistiu em ajudar a manter uma continuidade entre os momentos anteriores à consolidação da Comissão de Ensino na SBS e o presente. Isso foi importante para, em 2013, conseguirmos uma mudança no estatuto da SBS, permitindo a filiação de cientistas sociais sem o mestrado, mas que atuassem como professores na educação básica. A coordenação de Danyelle entre 2011 e 2015 foi fundamental para a continuidade das articulações bem-sucedidas com as diretorias da SBS, além de sua inserção plena na comunidade de professores e pesquisadores ligados à Sociologia na educação básica, agregando gerações mais novas e da região Nordeste nesse movimento.

Em 2015, com a eleição de Carlos Benedito Martins para a presidência da SBS, eu me ofereci para ser coordenadora da Comissão de Ensino, visando fazer as articulações para implantação do ProfSocio, para nossa inserção na elaboração da BNCC, dar continuidade ao GT e ao Eneseb e a todas as demandas que sempre enfrentamos. Entre 2015 e 2019, em duas gestões,

coordenei a Comissão de Ensino na SBS. É preciso ressaltar que essa coordenação sempre foi colegiada e coletiva. Há, na Comissão de Ensino, desde o início, um ambiente democrático e colaborativo. Foi nesse ambiente que pudemos organizar a proposta do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional e participar da primeira versão da BNCC.

A diretoria da SBS havia negociado com a Editora Annablume a publicação de alguns livros que dessem conta das áreas da Sociologia na contemporaneidade. Entre eles está *A Sociologia na educação básica* que organizei com Danyelle. Pensamos que o livro deveria conter as seguintes temáticas:

- 1) a história antiga e recente da disciplina nas escolas;
- 2) as políticas públicas, tais como PNLD, Pibid, Residência Pedagógica, entre outras;
- 3) a formação inicial de professores nos cursos de graduação em Ciências Sociais e Sociologia e os Laboratórios de Ensino;
- 4) a formação continuada dos professores de Sociologia nos cursos de extensão, de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, nos mestrados acadêmicos e nos profissionais;
- 5) as pesquisas sobre ensino de Sociologia; e
- 6) os temas emergentes, tais como escola e juventude.

176

Foi gratificante a adesão dos pesquisadores para a elaboração dos capítulos e o reconhecimento de ações realizadas no sentido de qualificar o ensino de Sociologia nas escolas.

Marcelo Cigales – Você acompanhou de perto a elaboração da BNCC em suas primeiras versões, tendo representado a área de Sociologia em uma delas. Ao longo do processo de elaboração desse documento, que ocorreu em meio a uma turbulenta transição sociopolítica – incluindo-se aí o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff –, houve a ação de diferentes agentes sociais. Quais os principais desafios encontrados no processo de elaboração desse documento e como você avalia a versão final, publicada em 2018?

Ileizi Silva – Minha participação na equipe de especialistas da BNCC ocorreu por meio da indicação da professora Haydée Caruso, da Universidade de Brasília (UnB). Ela, por sua vez, foi indicada pelo professor Carlos Benedito Martins, presidente da SBS em 2015. Haydée Caruso levou esse desafio da discussão da BNCC para a reunião de julho de 2015 ao final do Eneseb. A Comissão de Ensino reunida avaliou que, se ela tivesse disposição para realizar esse trabalho, a apoiaria na construção do documento, e ela sugeriu que eu fosse indicada para juntas realizarmos os trabalhos. Como eu assumia a coordenação da comissão, entendi ser essa tarefa inerente aos trabalhos de articulação junto ao MEC.

De agosto de 2015 a maio de 2016, integrei a comissão de 115 especialistas encarregados de elaborar uma versão de BNCC a ser submetida às discussões nas escolas e estados nos meses de novembro e dezembro de 2015. Ficamos responsáveis pelo componente curricular Sociologia no ensino médio eu, Haydée Caruso (Distrito Federal), Marcos da Silva (Minas Gerais) e Fabiano Farias de Souza (Rio de Janeiro) e fomos assessorados por Marcelo Burgos da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), que compunha o corpo de assessores responsáveis pela BNCC. Quando eu e Haydée entramos na equipe, já havia um esboço de texto da área de Ciências Humanas e da Sociologia. Estavam discutindo os percursos formativos e como dividiríamos os conteúdos ao longo das etapas (ensino fundamental ao ensino médio) e séries (anos de cada etapa).

Foi um momento muito rico de troca com as outras áreas e os seus respectivos componentes curriculares. Depois de intenso trabalho concentrado nos meses de agosto e setembro de 2015, finalizamos uma primeira proposta de Sociologia, com os conteúdos divididos pelas três séries do ensino médio e conectados com as outras etapas da educação básica. Essa versão foi para o debate por meio da plataforma *online* e com pouco tempo para as secretarias organizarem os debates nas escolas com os professores e com os alunos.

Ocorreram muitas críticas legítimas a esse formato de consulta e também sobre a pertinência ou não de uma BNCC, exatamente no início da crise política que culminou no impedimento da presidente Dilma Rousseff.

Os 115 especialistas vinham das universidades e das secretarias de educação de municípios e estados. Éramos pesquisadores reconhecidos em nossos campos de conhecimento e em nossas inserções no campo escolar. A despeito das críticas contundentes vindas da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (Anped) e do Grupo de Trabalho “Currículos” dessa entidade, os envolvidos na elaboração da BNCC tinham vínculos e compromissos com a democracia e com a possibilidade de criação de um projeto nacional de educação. A versão que foi apresentada na plataforma de consulta entre outubro e novembro de 2015, e depois modificada desde a coleta das sugestões feitas nesse meio, demonstra um esforço de diálogo e de coordenação democrática na elaboração de uma política educacional dessa monta.

Os debates e os textos eram muito transparentes e acessíveis. Os membros da equipe de assessores também eram figuras públicas e acessíveis a convocações de debates das entidades científicas, das escolas, das associações de professores da educação básica, dos sindicatos, entre outros. Dessa forma, a versão da BNCC enviada ao Conselho Nacional de Educação (CNE), em 3 de maio de 2016, refletia a pluralidade de visões e tensões no campo da educação e nos campos de conhecimentos específicos, mas tendo conseguido alguma

coerência na proposta e organização da BNCC, contemplando da educação infantil até o ensino médio.

Entre os desafios havia a pressão de agentes externos ao Estado e ao campo da educação propriamente dito. As fundações econômicas capitaneadas pela Fundação Lemann e o Movimento pela Base faziam pressão diretamente no Ministério da Educação e nos assessores da elaboração da BNCC no sentido de trazer as experiências de outros países que já tinham uma base comum, bem como de tentar influenciar as concepções de educação e organização das etapas da educação básica. Lembro-me de ter nossos trabalhos interrompidos para assistirmos às palestras de assessores vindos da Austrália para apresentar um “modelo” de *Core Curriculum* baseado em habilidades e competências.

Muitos desafios foram enfrentados no processo inicial de elaboração da BNCC, entre eles: como organizar referenciais gerais de cada área e de cada componente curricular de modo a realmente ajudar os docentes em suas escolhas didáticas sem engessar suas práticas? Como evitar que a BNCC se tornasse um currículo único a ser seguido pelas escolas de todo o país? Como dar conta da complexidade do conhecimento das ciências de referência que embasam os componentes curriculares e atender aos direitos de aprendizagem dos estudantes? Como elaborar uma proposta desde a perspectiva dos estudantes, dos seus direitos, sem ferir os cânones científicos de cada área? Como conciliar as diferentes perspectivas teóricas e metodológicas presentes no grupo de assessores? Como conciliar projetos de educação distintos? Quais seriam nossos consensos e pontos de unificação?

De certa forma, os especialistas foram se acertando e, quando conseguiram dar corpo a uma proposta e entregá-la ao CNE, outros desafios se apresentaram.

Em maio de 2016, a presidente Dilma foi afastada para o processo de impedimento, outros dirigentes assumiram cargos no MEC e retomaram projetos de educação já testados nas gestões de Fernando Henrique Cardoso. Interromperam a BNCC na etapa do ensino médio, pois iriam propor uma reforma radical na organização dessa etapa da educação básica.

Passaram, com dispensa de licitação a elaboração da BNCC para a Fundação Alberto Vanzolini, de São Paulo, ligada ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e romperam com a lógica de formulação e com a concepção que estava se desenhando na versão de maio de 2016. Em fevereiro de 2017, concluíram a BNCC até o ensino fundamental e deixaram a versão do ensino médio para ser finalizada após a aprovação da Lei nº 13.415 de 2017.

Assumiram em definitivo a perspectiva da pedagogia das competências e a indução de organizar os referenciais curriculares nos estados e nas escolas

por áreas, tendo dissolvido a força dos componentes curriculares ou das disciplinas específicas.

A parte referente ao ensino médio foi elaborada em 2017 e 2018 seguindo a mesma lógica e perspectiva teórica e metodológica presentes nas etapas anteriores. Segundo a Lei nº 13.415 de 2017, que reformou o ensino médio, uma parte da carga horária, 1.800 horas, será destinada à formação proposta na BNCC, que ficou dividida em áreas de conhecimento aplicado segundo habilidades e competências comuns para todos os componentes curriculares das respectivas áreas.

Marcelo Cigales – Um dos efeitos da Reforma do Ensino Médio, que começa a ser implementada em alguns estados, foi a perda de obrigatoriedade das disciplinas escolares, à exceção de Língua Portuguesa, Matemática e Inglês, encerrando o ciclo da obrigatoriedade do ensino de Sociologia em nível nacional, iniciado em 2008. Somam-se a isso algumas incongruências apontadas por pesquisadores da área, que indicam a existência de dificuldades para a plena implantação dessa reforma. Qual sua visão sobre esse processo e qual o impacto dele na continuidade da Sociologia escolar?

Ileizi Silva – Podemos resumir a situação da reforma do ensino médio em 2021 da seguinte maneira: na implementação da BNCC de 2017 a 2018, o Consed ganha centralidade em relação ao MEC e organiza a elaboração dos referenciais curriculares dos estados com Instituto Unibanco, Itaú BBA, Oi Futuro, Instituto Natura, Movimento pela Base, Inspirare, Instituto Sonho Grande, Fundação Telefônica e Instituto Reúna. Percebe-se nesse processo um modo de governança em que essas agências do setor privado e financeiro monopolizam a forma e o conteúdo, diminuindo as chances de interferência por meio da participação dos professores da educação básica e do ensino superior da rede pública, que são convocados na fase final do processo para opinar via plataformas na internet, com pouco espaço para o debate em grupo de forma mais intensa e presencial.

O que Bernstein (1996, 2000, 2003) apontava como tendência nos currículos da Europa, que, no final do século 20, estavam cada vez mais controlados pelo campo da produção e pelo aperfeiçoamento da divisão do trabalho no campo de controle simbólico, também se mostrou forte no Brasil, após 2016. Uma diminuição da autonomia entre o campo da produção (ou do mercado) e o campo da educação. Assim, o campo da recontextualização pedagógica oficial e da reprodução nas escolas também viram diminuídas suas autonomias em relação ao controle do Estado e do mercado.

A Sociologia não foi excluída do novo ensino médio e da BNCC de 2018. Entretanto, ela muda de *status*. Ela não tem lugar e carga horária definidos

e aparece na Lei nº 13.415 de 2017 como “Estudos e Práticas de Sociologia”. Assim, a nova gramática interna do discurso pedagógico governante não destaca o currículo de coleção e as disciplinas específicas. A pouca autonomia do campo de recontextualização pedagógica em relação ao campo de produção e ao campo do controle simbólico diminui, também, a autonomia das áreas de conhecimento e de seus componentes curriculares. Os professores de Sociologia ainda presentes nas escolas e nas redes de ensino terão que repensar as justificativas e os modos de inserir os conteúdos sociológicos nos processos de escolarização.

A BNCC de 2018 não diz como a Sociologia será organizada nas escolas; mas, no que ela diz em termos de competências e habilidades, promove uma verdadeira sociologização da área de Ciências Humanas e Sociais aplicadas.

Até janeiro de 2021, 17 estados tinham encaminhado seus referenciais para os respectivos conselhos estaduais de educação, 4 os tinham aprovado, 1 tinha sido homologado, 4 estados estavam realizando a consulta pública e 6 estados os estavam elaborando. A ação das agências e agentes que controlam os processos de reformas nos Estados foi persistente e não suspendeu os trabalhos no período de crise sanitária em função da pandemia causada pelo coronavírus. Apesar do fechamento das escolas de modo presencial e dos esforços dos professores em se adaptarem ao ensino remoto, as secretarias de estado de educação com as fundações supracitadas não suspenderam os trabalhos de elaboração dos referenciais do ensino médio. Na verdade, fica claro o não desejo de uma participação direta dos professores na elaboração e discussão dos referenciais. Os professores iniciaram o ano letivo de 2021 com a pandemia agravada no Brasil, que em fevereiro tinha uma pessoa morta por minuto, e o retorno presencial com a mudança nas grades curriculares de vários estados, que decidiram ensaiar a reforma prevista para 2022.

Em 2021, começam a chegar os livros didáticos já adaptados aos referenciais estaduais que ainda estão em processo de elaboração ou aprovação. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) avaliou livros encomendados pelas editoras a diferentes autores, já no registro da interdisciplinaridade e das áreas de conhecimento. Os professores não encontraram os nomes de suas disciplinas ou componentes curriculares “tradicionais”, tais como: Sociologia, Filosofia, História, Geografia etc. No lugar, chegaram os livros intitulados de “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas”; “Projetos de Vida”; “Projetos Integradores”; “Protagonismo Juvenil”. As agências e os agentes oriundos do mercado educacional e editorial, dinamizados pelas fundações e organizações, conseguiram articular e coordenar essas mudanças.

A primeira leitura dos documentos disponíveis permite afirmar que os 26 estados e o Distrito Federal estão em plena sintonia com a nomenclatura das

áreas e competências no modo de organizar as grades curriculares. Os componentes curriculares novos e genéricos estão com grande parte da carga horária: “Projeto de Vida”; “Projetos Integradores”; “Protagonismo Juvenil”, “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas”. Isso demonstra a aposta da nova governança da reforma educacional deslocada do MEC para o Consed, deste para as fundações econômicas, de que as editoras poderiam, sim, escrever os livros didáticos já nessa concepção. O alijamento das universidades, de pesquisadores, das associações científicas, das escolas e dos professores foi fundamental para essa rapidez na implementação da reforma de maneira unificada. Os professores foram chamados a escolher livros didáticos de referenciais curriculares que serão implantados em 2022.

A hipótese de uma centralização e de uma unidade conceitual e técnica para os desenhos curriculares nos estados apresenta-se de forma promissora para a continuidade das pesquisas. Os dados que tenho coletado e analisado preliminarmente, até o momento, corroboram a hipótese de diminuição drástica da autonomia do campo de recontextualização pedagógica oficial, especialmente das escolas, em relação ao mercado e ao Estado, restando um pequeno espaço de ressignificação dos componentes curriculares pelas chaves da sociologização dos discursos presentes nas habilidades e competências listadas nos novos referenciais estaduais e nos livros didáticos já aprovados pelo PNLD 2021.

Marcelo Cigales – Estamos vivenciando um momento histórico com a educação remota emergencial devido à Covid-19. Como a sua universidade tem pensado a formação inicial e continuada dos professores de Sociologia nessa configuração?

Ileizi Silva – Em 2020, no que se refere aos professores da educação básica e do ensino superior, o desafio maior foi transferir as atividades formativas para as plataformas digitais. Tivemos que lidar com a profunda desigualdade social e educacional agravada pela falta de condições da maioria dos estudantes para se adaptar ao ensino remoto. E por que não dizer também dos professores? Desde a aquisição de equipamentos adequados até as habilidades necessárias para ensinar nesse meio. Tanto nas escolas de educação básica como nos cursos de licenciaturas, os professores conseguiram criar meios para conversar com os estudantes do ensino médio e das graduações, buscando evitar uma evasão maior do que a já efetivada. Foram dinamizadas redes nacionais e regionais; aulas, debates e eventos ocorreram em todo o Brasil. Na UEL e em outras instituições, foi possível realizar o estágio curricular das licenciaturas em Ciências Sociais de maneira remota, assim como os grupos de Residência Pedagógica e do Pibid das diferentes instituições de ensino superior (IES) iniciaram suas atividades e se inseriram nas escolas desse mesmo modo.

Os programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, incluindo o ProfSocio, mantiveram suas atividades no modo remoto, com aulas e defesas *online*, permitindo que muitos docentes da educação básica concluíssem sua formação naquele nível de ensino. Observo que a pandemia nos desafiou a entender melhor os conteúdos digitais, a Sociologia digital, o ensino remoto e a educação a distância. Essa aprendizagem ficará e muita coisa será preservada mesmo quando estivermos no formato presencial. Do ponto de vista objetivo, temos que acompanhar os dados de evasão no ensino médio e nas licenciaturas. Esse fenômeno, que já se desenhava e aparecia em vários dados do censo escolar e do censo do ensino superior, pode se agravar com o prolongamento da crise sanitária causada pela pandemia da Covid-19.

Referências bibliográficas

BERNSTEIN, Basil. *A estruturação do discurso pedagógico: classes, códigos e controle*. Petrópolis: Vozes, 1996.

BERNSTEIN, Basil. *Pedagogy, symbolic control and identity: theory, research, critique*. Lanham: Rowman; Littlefield, 2000.

BERNSTEIN, Basil. A pedagogização do conhecimento: estudos sobre recontextualização. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 120, p. 75-110, nov. 2003.

SILVA, Ileizi. *Das fronteiras entre ciência e educação escolar: as configurações do ensino das Ciências Sociais, no estado do Paraná (1970-2002)*. 2006. Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo (USP), Brasil, 2006.

SILVA, Ileizi; ALVES NETO, Henrique. O processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil e a Sociologia (2014 a 2018). *Revista Espaço do Currículo*, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 262-283, maio/ago. 2020.

SILVA, Ileizi; GONÇALVES, Danyelle Nilin (Orgs.). *A Sociologia na educação básica*. São Paulo: Annablume, 2017. 404 p.

Ileizi Luciana Fiorelli Silva, doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), é professora associada na Universidade Estadual de Londrina (UEL), onde desenvolve, desde 1990, uma série de ações acadêmicas e políticas para a profissionalização do ensino das Ciências Sociais no Brasil. Atuou na realização do primeiro Encontro Nacional de Ensino de Sociologia na Educação Básica (Eneseb), em 2009, evento que acontece a cada dois anos e, em 2021, acontecerá sua sétima edição. Líder do Grupo de Pesquisa “Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão de Sociologia” (Lenpes), com registro no CNPq, e membro do Comitê de Pesquisa CP18 – Ensino de Sociologia, da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

ileizisilva@hotmail.com

Marcelo Pinheiro Cigales, doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB). Líder do Grupo de Pesquisa “Laboratório de Ensino de Sociologia Lélia Gonzalez”, com registro no CNPq, e coordenador do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) interdisciplinar entre História e Sociologia da UnB.

marcelo.cigales@gmail.com

Recebido em 30 de março de 2021

Aprovado em 30 de abril de 2021